

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

MARINA PETRASI GUAHNÓN

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS: O CASO DO QUILOMBO DA CASCA, RIO
GRANDE DO SUL, BRASIL.**

**Orientador: Dr. Guilherme F. W. Radomsky
Coorientadora: Dra. Gabriela P. Coelho-de-Souza**

Porto Alegre, junho de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

MARINA PETRASI GUAHNÓN

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS: O CASO DO QUILOMBO DA CASCA, RIO
GRANDE DO SUL, BRASIL.**

Orientador: Dr. Guilherme F. W. Radomsky

Coorientadora: Dra. Gabriela P. Coelho-de-Souza

**Trabalho de conclusão de curso de
graduação apresentado à Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para obtenção do
título de bacharel em Ciências Sociais.**

Porto Alegre, junho de 2015.

MARINA PETRASI GUAHNÓN

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS: O CASO DO QUILOMBO DA CASCA, RIO
GRANDE DO SUL, BRASIL.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do título
de bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme F. W. Radomsky – Orientador

Departamento de Sociologia e PPGS – UFRGS

Prof. Dra. Gabriela Coelho de Souza – Coorientadora

Departamento de Economia e Relações Internacionais e PGDR – UFRGS

Prof. Dr. Paulo André Niederle

Departamento de Sociologia e PGDR – UFRGS

Prof. Me. Irio Luiz Conti

PLAGEDER/ PGDR - UFRGS

Porto Alegre

2015

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui registrada minha gratidão a todos os professores e servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, principalmente ao meu orientador e à minha coorientadora, que foram fundamentais na construção deste trabalho.

Aos moradores da comunidade da Casca, por se mostrarem sempre tão receptivos e dispostos a colaborar, emprestando seu tempo e suas histórias de vida.

Aos meus colegas do NESAN e aos meus amigos, por aguentarem as ausências e as angústias.

Agradeço ao Dimitri pelo companheirismo e incentivo, à Bianca e Júlia por todos esses anos de amizade e confiança.

Finalmente, gostaria de agradecer à minha mãe e meus familiares por sempre me apoiarem em todas as decisões ao longo desta jornada e especialmente à minha avó Nayr, a quem dedico este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca verificar a existência de correlações entre a noção de bem viver e a percepção de segurança alimentar formulada pelos próprios moradores da comunidade quilombola da Casca no Rio Grande do Sul, Brasil, em comparação com a definição institucional do termo Segurança Alimentar e Nutricional e sua principal ferramenta de mensuração, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Será apresentada uma revisão histórica acerca da temática da Segurança Alimentar e Nutricional no país, tanto na esfera das políticas públicas como no campo da produção científica, bem como uma revisão bibliográfica das principais abordagens utilizadas para fundamentar a análise: os estudos pós-coloniais e a noção de bem viver. A problemática proposta será abordada através do diálogo entre os referenciais teóricos e os dados empíricos coletados junto à comunidade.

Palavras chave: segurança alimentar; bem viver; comunidades tradicionais; quilombolas.

ABSTRACT

This study aims to check for correlations between the notion of living well and the perception of food security formulated by the residents of the quilombola community Casca, in Rio Grande do Sul, Brazil, in comparison to the institutional definition of the Food and Nutritional Security term and its primary measurement tool, the Brazilian Food Insecurity Scale. Will be presented a historical review regarding Food and Nutritional Security in the country, both in the sphere of public policy and scientific literature, as well as a bibliographic review of the main approaches used to substantiate the analysis: postcolonial studies and the notion of living well. The problem proposal will be addressed through dialogue between the theoretical frameworks and empirical data gathered in the community.

Keywords: food security; living well; traditional communities; quilombolas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Publicações sobre SAN no Brasil entre 1990 e 2014.....	23
Figura 2: Divisão das áreas temáticas da produção acadêmica em SAN.....	24
Figura 3: Grau de Insegurança Alimentar das famílias entrevistadas.	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	17
SAN ENQUANTO CAMPO DE FORMULAÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS E DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL	17
1.1. HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN NO BRASIL	17
1.2. SAN NO RIO GRANDE DO SUL	21
1.3. A PESQUISA EM SAN NO BRASIL	22
CAPÍTULO 2	26
CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS PARA A COMPREENSÃO DO MODO DE VIDA QUILOMBOLA ATRAVÉS DA NOÇÃO DE BEM VIVER	26
2.1. O OLHAR PÓS-COLONIAL	26
2.2. DIFUSÃO DA CORRENTE EPISTEMOLÓGICA PÓS-COLONIAL NA AMÉRICA LATINA	28
2.3. BEM VIVER	31
CAPÍTULO 3	34
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA CASCA – ASPECTOS QUE DIALOGAM COM A NOÇÃO DE BEM VIVER	34
3.1. CONHECENDO UM POUCO MAIS DA HISTÓRIA DA CASCA	34
3.2. DINÂMICAS DA COMUNIDADE NA ATUALIDADE VIVENCIADAS A PARTIR DO TRABALHO EM CAMPO	36
3.3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS CUJOS FILHOS FREQUENTAM A ESCOLA QUITÉRIA PEREIRA DO NASCIMENTO	42

3.3.1. Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional	42
3.3.2. As falas das famílias quanto à sua segurança alimentar	44
3.3.3. Percepções acerca da alimentação na comunidade	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

Enquanto área de formulação e atuação de políticas públicas e construção do conhecimento acadêmico a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pode ser considerada relativamente nova no Brasil e trata-se de um conceito bastante amplo, pois abarca várias dimensões (ANJOS et al, 2010). De acordo com Kepple e Segall-Corrêa (2011), SAN pode ser descrita como um conceito bastante abrangente, por sua natureza interdisciplinar, que envolve questões de acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos.

Conforme descrito na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que determina os principais balizadores para o debate acadêmico em torno do tema, por SAN entende-se

o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LOSAN, 2006).

Ou ainda, segundo Valente, SAN consiste em garantir a todos o acesso permanente aos alimentos básicos, sendo estes seguros, com qualidade e em quantidade suficiente, de modo que não comprometa o acesso a outras necessidades básicas. Deve ainda ser baseado em práticas alimentares saudáveis e que contribuam para uma existência digna visando o desenvolvimento integral da pessoa humana (VALENTE, 2002).

Apesar de, inicialmente, na formação e consolidação de alguns grupos de pesquisa acadêmica, alguns pesquisadores trabalharem com determinadas concepções específicas de SAN, consolidou-se no Brasil a definição acima citada, visto que no caso brasileiro este conceito assume uma dinâmica bastante peculiar já que se origina de processos históricos e socioculturais, estando, portanto, para além dos limites acadêmicos. O conceito de SAN instituído na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), surgiu como resultado das interações político-institucionais que ocorreram na década de noventa, quando foi criada.

Este processo envolveu diversas organizações da sociedade civil, instituições e movimentos sociais, que se articularam e constituíram redes de políticas em torno deste tema, dentre as quais se destaca o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, instituído em 1998, e seus correspondentes estaduais e municipais. O diálogo destas organizações com diferentes setores do governo em seus distintos níveis (municipal, estadual e federal) contribuiu de forma importante para a conformação da SAN como um campo de políticas públicas no país. (ANJOS; BURLANDY, 2010, p. 01).

A temática da segurança alimentar procura contemplar de forma específica os povos e comunidades tradicionais, salientando a necessidade de se respeitar suas origens, costumes e peculiaridades socioculturais ao se elaborar e implementar estratégias em SAN. Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por estes entende-se:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, não paginado).

Complementarmente, outros trabalhos acrescentam ao conceito o fato de que o uso que estas populações fazem da natureza e seus recursos é fruto de uma estreita relação com a natureza, que envolve o conhecimento, práticas, significados e relações cosmológicas. Segundo Santilli, (2011):

Incluimos neste conceito não apenas as comunidades indígenas, como também outras populações que vivem em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental: são as comunidades extrativistas, de pescadores, remanescentes de quilombos. (SANTILLI, 2011, p.02)

Sendo assim, suas dinâmicas de interação com os ecossistemas presentes nos territórios se dão de variadas maneiras, representando uma maior interação e dependência entre os grupos e o ambiente. Estes manejos tendem a produzir menores impactos ambientais, quando comparados aos modelos de agricultura tecnologicizada nestes ambientes (CASAGRANDE, 2012).

O presente trabalho, foi desenvolvido tendo como objeto empírico a Comunidade Quilombola da Casca, situada no município de Mostardas, Litoral Médio do Rio Grande do Sul. Participei, junto a esta comunidade, no ano de 2014, do projeto de extensão “Segurança Alimentar e Nutricional: consolidação do Observatório Socioambiental do Rio Grande do Sul em rede com povos indígenas e comunidades tradicionais”. O projeto foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural desta Universidade, executando um projeto Proext MEC/SESu 2014 (MEC/SESu, 2014-9). O projeto foi desenvolvido em nível estadual na coleta de dados sobre o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para inclusão no observatório (SIQUEIRA et al., 2014). A dimensão local do projeto foi desenvolvida junto aos Mbya Guarani da aldeia Cantagalo, em Viamão e junto aos pescadores artesanais dos municípios de Tramandaí e Osório (COSTA et al, 2014a; 2014b), além da comunidade da Casca.

O referido projeto de extensão é um desdobramento de outro trabalho realizado pelo NESAN, o Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul (OBSSAN), que reúne informações em nível estadual e municipal acerca das principais fontes de segurança alimentar e nutricional dos mesmos tendo como base as sete dimensões propostas pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN)¹, e incluindo uma oitava dimensão, referente aos povos indígenas e comunidades tradicionais (SIQUEIRA et al., 2014), que não possuem indicadores específicos de avaliação no Plano.

A comunidade da Casca, além de ser o primeiro quilombo do meio rural do Rio Grande do Sul a conseguir a titulação de suas terras, também recebeu

¹ I – Produção de alimentos;
II – Disponibilidade de alimentos;
III – Renda e condições de vida;
IV – Acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água;
V – Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;
VI – Educação;
VII – Programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

em seu território uma escola. A escola não é reconhecida como escola quilombola, entretanto há um movimento na Associação Comunitária Dona Quitéria para que ela se torne.

Meu interesse pela temática da SAN surgiu como uma forma de unir os conhecimentos adquiridos na graduação em Ciências Sociais, que se encaminha para o final, à graduação em nutrição que venho cursando paralelamente há um ano e meio, sendo esta também uma área do conhecimento que traz contribuições importantes no campo das políticas públicas em SAN.

Nesse contexto, fica mais clara essa interface de diálogo entre o campo de estudo da SAN e das Ciências Sociais, já que praticamente não existem dados disponíveis sobre segurança alimentar e nutricional quando se fala em comunidades tradicionais, ou ainda, os dados existentes são muito genéricos. Tendo em vista a subjetividade da questão, as abordagens de caráter mais quantitativo², usualmente empregadas para medir segurança alimentar nestas populações, poderiam ser complementadas e enriquecidas com um trabalho mais aprofundado em análises qualitativas e que produzissem resultados de maneira mais horizontal.

Após as vivências em campo junto à comunidade, surgiram alguns pontos os quais este trabalho pretende dar conta de compreender, tais como algumas das dinâmicas de organização social desta comunidade em relação à sua identidade e qual seu entendimento do termo segurança alimentar. Bem como qual o grau de aproximação de sua perspectiva a esse respeito com as argumentações dos pesquisadores em torno do debate sobre a decolonialidade e da noção de Bem Viver, que de acordo com Segato (2012, apud DEL RÉ, 2014) pode ser caracterizado como uma construção coletiva que engloba os elementos mais caros a uma comunidade e que apresenta potencial de resistência quando politicamente utilizado.

² Tais como a EBIA, que por ser amplamente utilizado será o foco deste estudo, porém não se trata do único instrumento e método empregado na avaliação e implementação de políticas em SAN.

Segundo Del Ré (2014, p. 60), a origem do termo está relacionada ao “trabalho de antropólogos junto a movimentos indígenas e afrodescendentes andinos e sintetiza o conjunto de noções fundamentais para o modo de vida destas comunidades”, baseado na construção de uma nova forma de coexistência cidadã em harmonia com a natureza e a diversidade através da inter-relação entre os seres, saberes racionalidades, existências e vivências (WALSH, 2009).

Através das experiências com o projeto e dos materiais coletados em campo, o principal questionamento que surgiu neste processo foi: as dimensões culturais e a aproximação com o conceito de soberania alimentar presentes na definição do conceito de segurança alimentar e nutricional abrem espaços para uma maior autonomia das comunidades em formular suas próprias noções de SAN? E se nesse caso então existiria alguma relação entre a perspectiva quilombola de segurança alimentar e a noção de Bem Viver?

Desde meados dos anos 1990 intensificaram-se os esforços governamentais em propor políticas públicas de promoção de SAN, muitas destas políticas tendo como os principais agentes a própria sociedade civil, que atua na formulação, fiscalização e funcionamento dos mecanismos das mesmas. De modo geral, as políticas são voltadas para a população como um todo, mas apontam para o respeito à soberania dos povos tradicionais, principalmente no que tange às políticas em SAN. Aí está uma grande lacuna a ser preenchida pelos estudos que virão a respaldar estas políticas e ações, pois se observa que apesar do reconhecimento de que as comunidades tradicionais tenham outros modos de vida e pensamento, os instrumentos de análise, os conceitos e os resultados obtidos ainda são bastante genéricos (FAVARO, 2007), (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

Portanto, este trabalho tem como **objetivo** principal observar a existência de correlações entre a noção de bem viver e a percepção de segurança alimentar formulada pelos próprios moradores da comunidade quilombola da Casca, fazendo um contraponto com a definição institucional do termo Segurança Alimentar e Nutricional. Para tanto há necessidade de se

observar se a comunidade se encontra em situação de segurança ou insegurança alimentar, segundo a sua própria percepção e como esta dialoga com instrumentos de mensuração, como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Quanto aos procedimentos metodológicos que foram utilizados nesta pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica através de buscas por estudos pertinentes ao tema, bem como pelas abordagens teóricas propostas. Cabe colocar que, por revisão bibliográfica, compreende-se um número de estudos que fazem referência a um determinado tema, que “permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa” (MORESI, 2003). Diz respeito ainda à fundamentação teórica que objetiva sustentar o desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o que foi descrito por Laville e Dionne:

Fazer a revisão da literatura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa. Nela tenta encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 112).

Também foi realizada a coleta e análise de documentos produzidos e cedidos durante as saídas de campo, sendo selecionadas para uso específico neste trabalho as entrevistas realizadas com as famílias dos estudantes da escola, os relatos cedidos pelos parceiros colaboradores da pesquisa e alguns relatórios e diários de campo. As entrevistas foram respondidas por 10 famílias de um total de 11, incluindo 16 dos 17 alunos da escola. Portanto não houve necessidade de cálculo amostral, posto que o universo da pesquisa envolveu toda a população, ficando de fora apenas uma família que não se encontrava na comunidade no período das entrevistas.

Todas as entrevistas foram precedidas da apresentação de um termo de consentimento livre e esclarecido. O roteiro, no formato de questões semiestruturadas, possuía perguntas abertas e fechadas sobre a composição do grupo familiar, total de moradores por domicílio, segundo idade, sexo, escolaridade e ocupações de cada morador (RELATÓRIO DE PESQUISA

PROEXT/MEC/SESu, COELHO-DE-SOUZA, et al., 2015). Também foram abordadas questões sócio demográficas, tais como as características das propriedades e acesso às políticas públicas. Questões sobre a qualidade da alimentação e acerca da merenda escolar também compuseram o roteiro de entrevista, assim como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). De acordo com Vianna e Segall-Corrêa (2008), a EBIA classifica as famílias, com pelo menos um morador menor de 18 anos, quanto à segurança alimentar e mensura os graus de insegurança alimentar através da aplicação de 15 perguntas com graus de gravidade crescente, indo desde a preocupação com a falta de alimento no domicílio, até a situação de algum morador haver passado um dia inteiro sem comer nos últimos três meses. Alguns relatos pertinentes a esta análise que foram fornecidos durante as entrevistas e nas outras visitas à comunidade, que estão documentados nos relatórios ou diários de campo também foram utilizados.

Tendo esta proposta como guia, o presente trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro deles um capítulo introdutório acerca da temática da SAN no Brasil, fazendo uma retomada histórica a respeito das abordagens realizadas no âmbito da pesquisa acadêmica a partir dos anos 90 e na formação das políticas públicas de Segurança Alimentar no país. No segundo capítulo, é apresentada a fundamentação teórica, apresentando-se as principais abordagens utilizadas para esta análise que foram os estudos pós-coloniais e a noção de bem viver. Por fim, no terceiro capítulo é apresentada a análise da problemática proposta a partir dos dados coletados em campo nas visitas à comunidade.

Sendo assim, este trabalho, em conjunto com todo o desenvolvimento do projeto do qual ele é fruto, possibilita um exercício de reflexão de todos os envolvidos acerca do significado do conceito de SAN, e também promove uma aproximação entre as comunidades tradicionais, comunidade acadêmica, sociedade civil e o poder público visando um debate mais amplo sobre o tema da SAN, vislumbrando a possibilidade de se operar nas diferentes esferas a partir das concepções elaboradas pelas próprias comunidades em torno deste conceito.

CAPÍTULO 1

SAN ENQUANTO CAMPO DE FORMULAÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS E DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL

1.1. HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN NO BRASIL

Segundo Valente (2002), ações governamentais na área de alimentação e nutrição remontam ao início do século passado (como o Comissariado de Alimentação Pública – 1918 – que controlava estoques e tabelava alimentos básicos). Lembrando que este conceito emergiu como questão estratégica no plano internacional por ocasião da Primeira Guerra Mundial, quando a autossuficiência produtiva dos estados nacionais assumiu centralidade, originando a construção de uma política de âmbito nacional integrada por diferentes instituições e ministérios posteriormente, em 1952 com a criação do primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição. Contudo, sua operacionalização sempre se mostrou complexa, devido ao seu caráter intersetorial que se colocava como questão estratégica uma vez que a política envolvia ações referentes à esfera produtiva, comercial, logística e de acesso e consumo dos alimentos.

O tema veio a se fortalecer em decorrência da crise internacional de abastecimento e a Conferência Mundial de Alimentação (1974), definindo o termo Segurança Alimentar e Nutricional como sendo “a oferta de alimentos segura e adequada com base em critérios de necessidade fisicamente estabelecidos”. Sendo assim, nota-se que o foco inicial do conceito era, portanto, disponibilidade de alimentos. (VALENTE, 2002).

Diversos mecanismos institucionais de coordenação foram criados, tais como a Comissão Nacional de Alimentação – CNA (1945), órgão do Conselho Federal de Comércio Exterior, regulamentada e transferida para o Ministério da Saúde em 1951 e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1972, que centralizava as atividades de alimentação e nutrição no país e que elaborou e coordenou o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

(PRONAN) em 1973. Em 1976, o II PRONAN foi criado (já que o I não se realizou) e alguns de seus programas tinham forte caráter intersetorial por impactarem simultaneamente as condições de produção, comercialização e consumo de alimentos. Como estes programas eram vinculados a diferentes ministérios, caberia ao INAN coordená-los, consolidando uma política para o setor (VALENTE, 2002). No entanto, ao ser criado como uma autarquia federal ligada ao Ministério da Saúde (MS), o órgão não recebeu o peso institucional necessário à sua atribuição e não conseguiu promover a necessária articulação intersetorial, sendo extinto em 1997.

Em meados da década de oitenta, registrou-se a primeira referência à expressão “segurança alimentar” nas políticas governamentais brasileiras, quando, em 1985, foi formulada no Ministério da Agricultura uma proposta de “política nacional de segurança alimentar”. Uma possível distinção em relação ao enfoque internacional da década de setenta refere-se a uma definição de objetivos para além da autossuficiência produtiva nacional, incluindo o atendimento das necessidades alimentares. Já nesta ocasião, sinalizou-se a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar, presidido pelo Presidente da República, composto por ministros de Estado e representantes da sociedade civil, que teve na época pouca repercussão (VALENTE, 2002).

Na Constituição de 1988, a saúde foi instituída como um direito, garantido mediante políticas sociais e econômicas, sendo necessária a integração de um conjunto de políticas públicas implementadas por diferentes setores de governo. O entendimento do termo saúde pelo texto constitucional era referente ao resultado das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho e transporte, emprego e lazer, liberdade, posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Porém no texto promulgado em 1988 não havia referências sobre a garantia ao direito à alimentação.

A intensa mobilização social vivida desde meados dos anos oitenta, após vinte anos de ditadura militar, marcou a construção de propostas para o enfrentamento das questões sociais, incluindo a alimentação e nutrição. É neste contexto, pautado pela ação de organizações da sociedade civil, que a

Segurança Alimentar assume progressiva relevância na agenda governamental. As primeiras políticas em SAN no Brasil pós regime militar começaram a surgir no governo de José Sarney, em 1986, com o Programa Nacional de Leite Para Crianças Carentes (PNLCC) e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (BRASIL, 2014). Já em 1992, sob o comando do presidente Collor, houve um grande corte de gastos da máquina pública, resultando no engavetamento de programas relacionados à SAN.

Os programas e ações que foram deixados de lado no governo Collor, foram retomados pelo então presidente Itamar Franco, que no ano de 1993, estabeleceu como prioridade o combate à fome, num contexto de forte mobilização social, destacando-se aqui a formulação do “Plano de Combate à Fome e à Miséria”, acordado entre governo e sociedade civil e com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). No entanto, o CONSEA não conseguiu incidir suficientemente no governo no sentido de romper com a fragmentação e mesmo com a contradição das políticas governamentais (VALENTE, 2002).

No mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o CONSEA é substituído até 2002 pela estratégia Comunidade Solidária, integrada por uma secretaria executiva e um conselho, composto por diferentes ministérios e organizações sociais. Nesse contexto, a temática da SAN foi pautada através de “rodadas de interlocução” com a sociedade civil, conduzidas por um comitê integrado por técnicos de governo, mas que não fora instituído formalmente. Neste governo, observa-se também maior estabilidade dos preços dos alimentos, possibilitando ainda um melhor planejamento do orçamento público. Contudo, críticos apontam que os custos foram excessivos, gerando endividamento externo, precarização e venda do patrimônio público, elevação do desemprego e da informalidade do trabalho. Mesmo assim, a partir de 2000 a estabilização dos preços permitiu o desenvolvimento de programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Alimentação, o Vale Gás e o Bolsa Escola. Porém sua efetividade foi limitada pela segmentação dos critérios, do banco de dados e da implementação (BRASIL, 2014).

Já em 2003, no mandato do ex-presidente Lula, o CONSEA foi reinstituído como órgão de assessoramento ao Presidente da República composto em 1/3 por setores de governo e 2/3 pela sociedade civil. Documentos que avaliaram o CONSEA atribuíram ao órgão diversos méritos no que diz respeito à ampliação das políticas em SAN no Brasil, entre eles foram destacados a maior articulação do diálogo com a sociedade civil e a formulação do Plano de Safra da Agricultura Familiar (SIQUEIRA, 2014).

Cabe aqui também ressaltar que o foco de ação das políticas públicas nos anos 2000 continuava sendo a erradicação da fome e da pobreza no país, com a implementação de programas sociais como o Programa Fome Zero (2003), que posteriormente deu origem a outras iniciativas fundamentais no campo da SAN, como o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre outros (BRASIL, 2014).

Também foram elaborados alguns marcos legais e institucionais para regulamentar e controlar as ações de SAN, entre eles está a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006 que culminou na criação do Sistema Nacional de SAN (SISAN), implementou a Política Nacional em SAN (PNSAN) e alterou em 2010, através da Emenda Constitucional nº64, o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, introduzindo o direito à alimentação como um dos direitos fundamentais da população brasileira (SIQUEIRA, 2014).

A construção desta definição foi fruto de uma dinâmica social participativa e compartilhada entre governo e organizações sociais que alcançou estatuto institucional através do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2006 e da Emenda Constitucional nº 64 em 2010. A implementação destes sistemas vem promovendo uma revisão dos modelos vigentes de atenção à saúde e à alimentação, objetivando um esquema de atuação integrada. O SUS visa a promoção de ações integradas proteção e recuperação da saúde inter-relacionados com as dimensões biopsicossociais do processo saúde-doença

enquanto o SISAN tem por finalidade aproximar as dimensões produtivas, logísticas, comerciais e de consumo de alimentos, levando em conta também a relação entre elas (SIQUEIRA, 2014) e aproximando o diálogo da SAN com outras áreas do conhecimento, fazendo com que a mesma deixe de ser apenas objeto de estudo do campo biomédico.

1.2. SAN NO RIO GRANDE DO SUL

Em maio de 2003, através da Lei nº 11.914, foi criado o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul (CONSEA/RS), com o objetivo de propor políticas de SAN em âmbito estadual, através da atuação conjunta de órgãos estatais, organizações não governamentais e sociedade civil, visando à promoção do direito humano à alimentação (RIO GRANDE DO SUL, 2003). Dentre as atribuições do CONSEA está o assessoramento e incentivo à formação de novos Conselhos Municipais de SAN, que são uma importante ferramenta de diálogo com a comunidade.

Além disso, em dezembro de 2007 foi instituída a Lei nº 12.861, que regulamenta o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Rio Grande do Sul (SISANS-RS), tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional sustentável, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional sustentável do Estado do Rio Grande do Sul, através da promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações, sejam estes de caráter governamental ou não-governamental. Também objetiva promover a descentralização das ações e articulação e a colaboração entre as esferas de governo; monitorar a situação alimentar e nutricional da população, garantindo o acesso à alimentação adequada, através de ações estimulem a subsistência autônoma da população; bem como desenvolver pesquisas e capacitar recursos humanos na área (RIO GRANDE DO SUL, 2007).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE entre os anos de 2004 e 2009, cerca de 3 milhões de

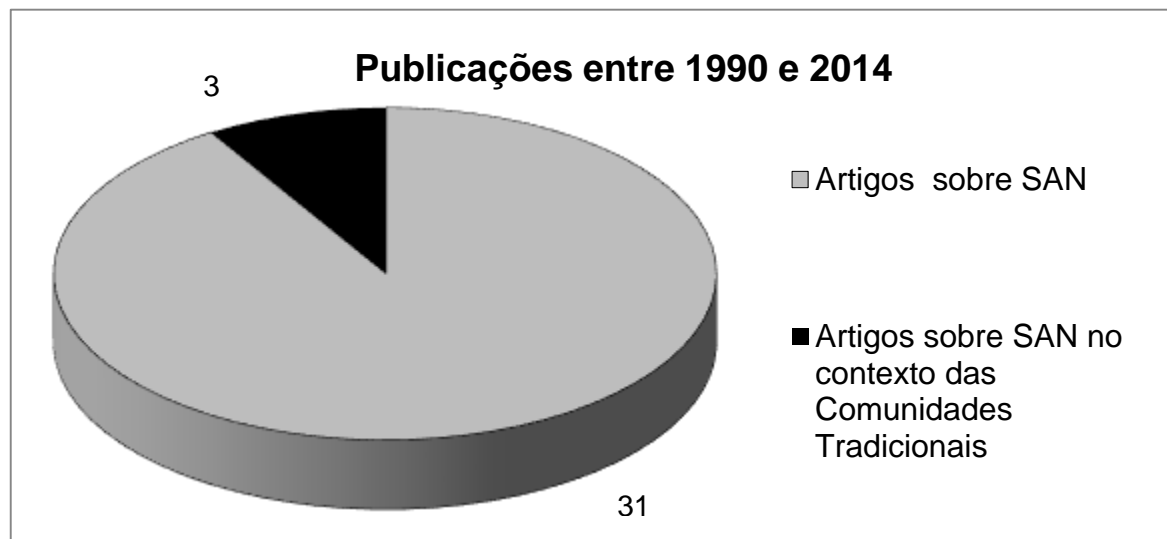
peças se encontram em situação de insegurança alimentar no Rio Grande do Sul. Esta mesma pesquisa, em suas considerações finais, aponta para uma correlação entre um maior índice de insegurança alimentar grave e a baixa renda per capita das famílias, tanto no Brasil em geral quanto no Rio Grande do Sul especificamente. Os casos de domicílios em situação de insegurança alimentar também se apresentaram mais frequentes entre a população negra ou parda, conforme definições adotadas pelo IBGE, incluem-se aí os povos indígenas, sendo o Rio Grande do Sul o estado com o maior grau de insegurança alimentar entre esta população, atingindo 25,5% da amostra.

1.3. A PESQUISA EM SAN NO BRASIL

Como forma de enriquecer a análise e fazer uma breve apropriação do que vem sendo pesquisado sobre o tema desde os anos 1990 no Brasil, foi realizada uma busca nas bases de dados de *Periódicos da Capes* e *Web of Science* acerca do assunto. Ao inserir na busca apenas o termo “segurança alimentar”, foram selecionados 31 estudos, dos quais apenas um abordava a temática no âmbito das comunidades tradicionais. Foi preciso então adicionar à busca o termo “comunidades tradicionais” para que se obtivesse mais alguns resultados.

Conforme ilustrado abaixo, dos 34 artigos selecionados a partir da busca, três contemplam a questão da SAN em relação às comunidades tradicionais, enquanto os outros (31) abordam a temática a partir de diferentes perspectivas e objetos de estudo.

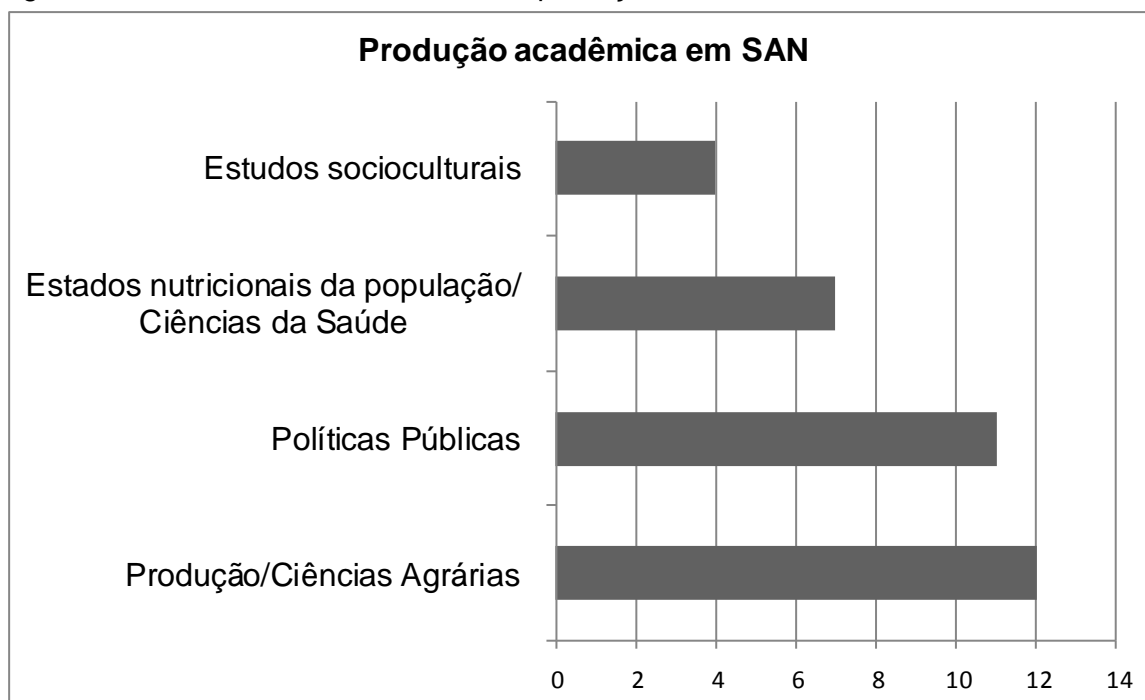
Figura 1: Publicações sobre SAN no Brasil entre 1990 e 2014.



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Sendo assim, os trabalhos também foram classificados em quatro grandes áreas temáticas abarcadas pelo conceito de SAN, já que o mesmo, enquanto campo de produção de conhecimento acadêmico, permite diferentes enfoques teóricos como os que veremos a seguir. A divisão foi realizada entre as seguintes categorias: estudos socioculturais (4), estudos que abordam os estados nutricionais das populações que são frequentes entre os estudos provenientes das Ciências da Saúde (7), artigos referentes à elaboração avaliação e monitoramento de políticas públicas (11) e, por fim, trabalhos relativos à dimensão da produção de alimentos e comumente ligados às Ciências Agrárias (12).

Figura 2: Divisão das áreas temáticas da produção acadêmica em SAN.



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

De acordo com o que foi ilustrado pela Figura 2, observa-se maior número de publicações referentes aos temas ligados à produção de alimentos e às políticas públicas de uma maneira geral, ao passo que ainda há um número reduzido de trabalhos que contemplem a dimensão cultural do conceito de SAN. O número é menor ainda (1) se trouxermos de volta a amostra dos estudos com comunidades tradicionais e observarmos a quantidade de pesquisas realizadas em torno da dimensão cultural deste conceito em relação aos conhecimentos tradicionais que estão em jogo através das práticas alimentares e produtivas.

Tendo em vista esta realidade, observa-se que pesquisas acerca desta temática se tornam mais complexas quando o foco dos estudos envolve comunidades tradicionais, já que é preciso examinar de maneira diferenciada as apropriações socioculturais que estão presentes em torno do tema da alimentação para estas comunidades.

Apesar de o respeito à diversidade sociocultural estar previsto como um dos pilares do conceito de SAN, para que se possa realizar estudos e promover políticas públicas que incluam de maneira efetiva as comunidades tradicionais

é preciso que se dialogue em torno dos indicadores de segurança alimentar a partir de suas próprias concepções. Sendo assim, este tipo de estudo leva a um questionamento a respeito do modo como a construção do conhecimento ocidental e por sua vez, das políticas públicas e as próprias necessidades dos indivíduos estão inseridos na modernidade através de valores colonizantes.

CAPÍTULO 2

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS PARA A COMPREENSÃO DO MODO DE VIDA QUILOMBOLA ATRAVÉS DA NOÇÃO DE BEM VIVER

2.1. O OLHAR PÓS-COLONIAL

Os estudos pós-coloniais originam-se de uma matriz teórica caracterizada por uma variedade de contribuições cujas orientações apesar de distintas apresentam como uma marca comum o esforço em constituir uma referência epistemológica crítica às concepções predominantes de modernidade, através de um movimento de desconstrução de essencialismos (COSTA, 2006).

Segundo Costa, a corrente de pensamento pós-colonial iniciou-se através daqueles autores caracterizados como intelectuais da diáspora negra ou migratória, fundamentalmente imigrantes provenientes de países pobres vivendo na Europa Ocidental e na América do Norte. A perspectiva pós-colonial teve como área pioneira de difusão a crítica literária, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir dos anos de 1980. Depois disso, expande-se geograficamente para outros países dentro e fora da Europa e também para outras disciplinas, fazendo dos trabalhos de autores como Homi Bhabha, Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak, Stuart Hall e Paul Gilroy referências recorrentes (COSTA, 2006).

Ao criticar o processo de produção do conhecimento científico, a abordagem pós-colonial parte do pressuposto de que toda enunciação vem de algum lugar e que ao privilegiar modelos e conteúdos próprios ao que se definiu como a cultura nacional nos países europeus estaria reproduzindo, em outros termos, a lógica da relação colonial. Sendo assim, tanto as experiências de minorias sociais como os processos de transformação ocorridos nas sociedades “não ocidentais” seguiriam sendo tratados a partir de suas relações de funcionalidade, semelhança ou divergência com o que se definiu como sendo o centro.

Logo, o prefixo “pós” na expressão pós-colonial não aponta simplesmente para um sentido cronológico linear, como nas palavras “depois”

ou “após”, trata-se de uma lógica de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado, de acordo com Hall (1997a apud COSTA, 2006). A palavra colonial, por sua vez, vai além do colonialismo em si e refere-se a diferentes situações de opressão, marcadas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais. Portanto, a tarefa de delimitar precisamente o campo teórico no qual se inserem os estudos pós-coloniais apresenta-se como algo bastante complexo.

Costa aponta para a proximidade entre os estudos pós-coloniais e pelo menos três correntes ou escolas contemporâneas. A primeira é o pós-estruturalismo e, sobretudo, os trabalhos de Derrida e Foucault, cuja influência nos estudos pós-coloniais está no reconhecimento do caráter discursivo do social. A corrente pós-moderna aparece como a segunda referência importante para os estudos pós-coloniais, porém esta abertura para o pós-modernismo varia muito, conforme a abordagem que se tome. De forma geral, se aceita falar da pós-modernidade, como condição, isto é, como categoria empírica que descreve o descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos. Entretanto, recusa-se o pós-modernismo como programa teórico e político, visto que, para o pós-colonialismo, a transformação social e o combate à opressão devem ser as pautas principais. Por último, o autor faz alusão aos estudos culturais, sobretudo em sua versão britânica, salientando que a distinção entre estes e os estudos pós-coloniais seria apenas cronológica (2006).

Desfazer a polaridade entre o ocidente e o “resto do mundo” (chamada pelos autores de polaridade West/rest) é um dos objetivos em comum que une os diferentes autores identificados com as abordagens pós-coloniais. Portanto, segundo Costa (2006), a tarefa destes autores também reside em apontar como esta polaridade constitui uma relação assimétrica irreversível entre estes dois pólos, e como ela se constrói no plano discursivo e é legitimada no âmbito político, conferindo ao ocidente um tipo de superioridade que não é apenas histórica e circunstancial, mas intrínseca e essencializada, fazendo parte da própria lógica dos termos da relação. Ainda de acordo com o autor, cabe ressaltar que essa polaridade entre ocidente e o resto ofusca as diferenças internas da multiplicidade de fenômenos sociais subsumidos nesse outro

genérico, bem como as relações efetivas entre os dois extremos, aquilo que, a saber, seria o que supostamente estaria se buscando elucidar.

Portanto, o pós-colonialismo busca dissolver as fronteiras culturais deixadas tanto pelo colonialismo como pelas lutas anticoloniais. A desconstrução da dicotomia Rest/West passa, antes de tudo, pela reinterpretação da história moderna e sendo assim, a releitura desta história moderna proposta pelo pós-colonialismo, busca reinserir, reinscrever o colonizado na modernidade, porém não através da visão ocidental, como sinônimo do atraso, do tradicional, da falta, e sim como parte fundamental daquilo que foi construído, discursivamente, da modernidade (COSTA, 2006). Isso sugere a desconstrução da história hegemônica da modernidade, cujas relações materiais e simbólicas entre o ocidente e o “resto do mundo” podem evidenciar outras correspondências empíricas, que não correspondam às construções mentais que sustentam esse modelo.

Sendo assim, a proposta dos autores pós-coloniais, de um modo geral, visa contextualizar as transformações observadas num apanhado de relações interdependentes entre as diferentes regiões do mundo, procurando atribuir sentido às assimetrias e às desigualdades produzidas no interior da história moderna comum.

2.2. DIFUSÃO DA CORRENTE EPISTEMOLÓGICA PÓS-COLONIAL NA AMÉRICA LATINA

Na década de 1980, o debate pós-colonial foi difundido no campo da crítica literária e dos estudos culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos, em seguida, obras como *O Atlântico Negro*, entre outras, foram traduzidas para o português e tiveram repercussão nas ciências sociais brasileiras. Em um contexto de globalização, as categorias cultura, identidade (no sentido de classe, etnia e gênero), migração e diáspora apareceram como elementos fundamentais para se observar as lógicas coloniais modernas (BALLESTRIN, 2013).

Conforme mencionado por Ballestrin, as origens do grupo Modernidade/Colonialidade tese fundam na década de 1990, nos Estados Unidos através da iniciativa de um grupo de intelectuais latino-americanos e

americanistas que viviam no país, inspirados principalmente pelo Grupo Sul-asiático dos Estudos Subalternos. Foi então fundado, em 1993, o Grupo Latinoamericano de Estudos Subalternos, cujo discurso foi um marco de inserção da América Latina no debate pós-colonial:

O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos dirigida por Ranajit Guha, inspirou-nos a fundar um projeto semelhante dedicado ao estudo do subalterno na América Latina. O atual dismantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o conseqüente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. Por sua vez, a mudança na redefinição das esferas política e cultural na América Latina durante os anos recentes levaram a vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais. (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1998, p. 70).

Porém, devido às divergências teóricas, o grupo latino se desfez e então passaram a se articular os primeiros encontros que vieram a dar origem ao Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). As razões para sua dissolução referem-se à incapacidade do grupo em romper com a orientação ainda muito pautada pelos estudos regionais estadunidenses e dos estudos subalternos indianos, ou seja, guiada pelo “Norte” (BALLESTRIN, 2013).

No final dos anos noventa, através de diversos encontros, congressos e simpósios que reuniram nomes importantes na discussão da herança colonial na América Latina, grupo M/C foi sendo estruturado. Após os anos 2000 passaram a ocorrer eventos e reuniões oficiais do grupo que passou a incorporar outros membros e dialogar com um número maior de autores, sendo estes de nacionalidade predominantemente latino-americana (BALLESTRIN, 2013). Os conceitos trazidos pelo grupo levaram a uma renovação analítica e utópica ao campo das ciências sociais latino-americanas na atualidade, bem como as contribuições de outros autores também considerados como precursores neste campo de estudo, como Fanon, Mariátegui, Paulo Freire e Enrique Dussel, alguns dos quais com influências marxistas.

Dentre as principais contribuições está o conceito de colonialidade do poder, que foi desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989, e amplamente utilizado pelo grupo. Ele exprime a constatação bastante simples de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo.

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantem se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial. (GROSFOGUEL, 2008, p.126, apud BALLESTRIN, 2013, p. 100.)

A noção de colonialidade também é empregada pelo grupo em âmbitos distintos, que não apenas o do poder, tornando-se uma estrutura complexa, que abarca vários níveis, como o controle da economia, da autoridade, dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, assim como da própria subjetividade e do conhecimento. Se reproduzindo em uma tripla dimensão: colonialidade do poder, do saber e do ser. A colonialidade do saber se reproduz a partir da lógica eurocêntrica, em que o padrão intelectual e de produção de conhecimento modernos são orientados pelos padrões de poder coloniais/capitalistas/eurocêntricos. Além disso, de acordo com Ballestrin, autores como Quijano, Wallerstein e Mignolo, apontam que não é possível haver modernidade sem que haja colonialidade, inclusive essa constatação seria a origem do nome atribuído ao grupo (2013).

Outra contribuição do grupo que cabe mencionar é a definição do termo decolonialidade, como sendo o terceiro elemento do tripé modernidade/colonialidade. Segundo Mignolo (2008), apesar de o conceito ter surgido recentemente, a origem do pensamento decolonial já se fazia presente como contrapartida desde a fundação da modernidade/colonialidade e tem sua origem em uma genealogia diferente daquela dos estudos pós-coloniais, não estando limitada a indivíduos e incorporando movimentos sociais, indígenas e afros.

2.3. BEM VIVER

De acordo com Del Ré (2014), as cosmologias e práticas que norteiam o modo de vida das comunidades tradicionais na América Latina vêm se constituindo há séculos como parte do processo avassalador de segregação social e desintegração que os povos originários e de raiz africana vêm sendo submetidos desde o início do período colonial. Contudo, essas mesmas práticas e filosofias estão se integrando na construção da noção de bem viver, que ao ser inserida nas Constituições da Bolívia e Equador, dirige um processo que repensa e modifica as estruturas do Estado e da sociedade, no sentido de viabilizar alternativas à dominação neoliberal e ao colonialismo imposto pela Europa e América do Norte.

Parece importante, neste ponto, fazer uma breve distinção entre o bem viver e as teorias do bem-estar, já que alguns debates em torno da noção de bem viver acabam colocando em pauta questões que criticam estas teorias, que em grande parte, pode-se dizer que tendem a um universalismo. No Dicionário do pensamento social do século XX, o verbete bem-estar mostra um panorama desta discussão, remetendo seu significado a aspectos "mínimos" das condições de vida individuais, tais como saúde, educação, qualidade de vida, mas que dificilmente conseguem escapar de um normativismo, indicando um modelo ideal de sociedade, o que coloca a definição de qualidade de vida como sendo algo muito genérico. Entre os autores que trabalham com esta perspectiva, observa-se essa tendência ao universalismo, apesar da tentativa dos mesmos em evitá-lo, como é percebido, por exemplo, na obra de Amartya Sen. Já o bem viver e os estudos em campo apontam para outros caminhos, indicando a relevância de questões locais e culturais do que é viver bem, abrindo a possibilidade de outras formas de se pensar o que é viver bem e a própria noção de qualidade de vida.

O termo "buen vivir" em espanhol, pode ser livremente traduzido para bem viver, viver bem ou bem-estar coletivo, e é o eixo central da Constituição Equatoriana aprovada em referendo no ano de 2008, cujo princípio se baseia na construção de uma nova forma de coexistência cidadã em harmonia com a natureza e a diversidade, como aponta Walsh (2009). Ainda segundo a autora,

e linhas gerais, o termo significa a inter-relação de seres, saberes, lógica e racionalidades de pensamento, ação, existência e vivências, sendo desta forma parte integrante da cosmovisão, filosofia e cosmologia de povos indígenas e, de uma maneira um pouco diferente, dos povos descendentes da Diáspora Africana.

A Constituição equatoriana, mencionada acima, através do bem viver, defende a garantia da manutenção das formas de viver dos povos tradicionais do país e os equipara aos europeus em termos de conhecimentos, considerando seus saberes ancestrais, ciências e tecnologias, conteúdo a ser trabalhado em escolas e universidades. Estes acontecimentos insurgentes apontam um giro em direção à descolonização, posto que permitem que repensemos a configuração do Estado em busca de sua refundação (WALSH, 2008).

Contudo, não podemos esquecer que a inclusão do bem viver na constituição desses países no final dos anos 2000 não foi determinante para o aparecimento do aspecto descolonizador das práticas e filosofias dos povos indígenas e afrodescendentes. A manutenção de sua sobrevivência desde a colonização e escravização se caracteriza na resistência à violência e desagregação social, representando uma disfuncionalidade perante o padrão ideal de vida defendido pelo neoliberalismo moderno (SEGATO, 2011).

De acordo com Segato (2011, apud DEL RÉ, 2014), estes povos, bem como suas práticas e filosofias são vistos como brechas ou fissuras descolonizadoras, ou ainda, como dobras ou tecidos de comunidade autocentrados que respondem apenas em partes às normas culturais e processos econômicos dominantes. Logo, estas brechas ou fissuras passam a ser vistos pela lógica moderna como espaços atrasados, tornando-se obstáculos ao desenvolvimento, enquanto estes lugares são, na verdade, constituídos em torno de uma concepção de felicidade alternativa, que não segue o padrão incentivado pelo neoliberalismo e, portanto, isto faz com que a noção de bem viver expanda seu potencial para além de seu horizonte original, podendo ser aplicada onde quer que exista um coletivo de pessoas que não opere estritamente sob a lógica do capital moderno.

Tendo isto em vista, a noção de bem viver se apresenta como um elemento interessante para se pensar o modo de vida de comunidades quilombolas e a forma como este se relaciona com as categorias que podem estar elencadas dentro da noção de bem viver, como a qualidade da alimentação e o acesso aos alimentos, bem como todas as outras dimensões envolvidas pelo conceito de SAN.

CAPÍTULO 3

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA CASCA – ASPECTOS QUE DIALOGAM COM A NOÇÃO DE BEM VIVER

3.1. CONHECENDO UM POUCO MAIS DA HISTÓRIA DA CASCA

Neste capítulo serão apresentados os dados pertinentes à realização da reflexão proposta por este trabalho. Cabe lembrar que tais dados são fruto das entrevistas realizadas na comunidade e também provenientes das experiências e vivências em campo, que serão resgatadas ao longo da narrativa a fim de ilustrar o contexto em que estes dados foram coletados, tendo em vista a singularidade de seus aspectos históricos e socioculturais enquanto comunidade quilombola.

Para tanto apresento também a seguir alguns pontos da formação histórica da comunidade que denotam aspectos históricos que apontam para a colonialidade como elemento intrínseco à modernidade e que apesar do fim do colonialismo seus elementos seguem presentes.

No período colonial, as terras onde hoje se situa a comunidade da Casca pertenciam à Fazenda Barros Vermelhos, também chamada Fazenda dos Barros, de posse do Capitão Francisco Lopes de Matos. Posteriormente, a Fazenda Barros Vermelhos foi desmembrada dando origem à Fazenda da Casca que fora concedida em testamento, publicado no ano de 1827, para um grupo de libertos e escravos que já ocupavam as terras de posse da viúva do Capitão Francisco Lopes de Matos, chamada Quitéria Pereira do Nascimento (CASAGRANDE, 2012).

Já viúva, Quitéria se mudou para Porto Alegre e deixou os 23 empregados negros vivendo na antiga sesmaria. Doente, antes de morrer decidiu registrar em testamento a decisão de dar aos escravos a liberdade e a posse da terra onde viviam — 64 anos antes da abolição da escravatura no país (GONZATTO, 2010). O testamento concedia a posse e usufruto das terras para os herdeiros e seus descendentes e se constitui como “uma espécie de documento de identidade do grupo perante a sociedade escravista da época

(...)”, sendo considerado pelos herdeiros, os casqueiros, como “a lei política da Casca” (LEITE, 2004).

Porém, no intervalo de quase 200 anos que separa o recebimento das terras de sua titulação, a área foi invadida inúmeras vezes nas décadas e séculos seguintes. Os moradores precisaram conviver com a cobiça dos latifundiários plantadores de arroz da região, especuladores imobiliários e também com a ameaça de serem expulsos do terreno devido à falta de documentação e polêmicas geradas em torno das dinâmicas familiares e relativas à ocupação das terras que se configuraram ao longo deste período. Já que o testamento previa que as terras deveriam ser usadas apenas pelos escravos e seus descendentes, não podendo ser vendidas (LEITE, 2004). A história da relação de dominação entre latifundiários e escravos, desde a colonização até a abolição da escravatura (e por que não dizer até os dias atuais), foi marcada por intensa violência contra o povo negro no Brasil, mesmo após serem libertos e receberem as terras de Quitéria e Francisco, os ancestrais que deram origem à comunidade da Casca seguiram sendo perseguidos e pressionados.

Em contrapartida, houve forte mobilização dos membros da comunidade na tentativa de obter a posse legal de suas terras junto à prefeitura de Mostardas e através de processos judiciais, que determinaram a necessidade de um laudo antropológico que definisse a genealogia dos moradores da comunidade a fim de investigar se a terra estava de fato sendo utilizada pelos descendentes dos escravos que constavam no testamento (LEITE, 2004). Fatores como a criação por parte de comunidade de uma associação de moradores, em 1999, e o reconhecimento como comunidade quilombola vindo da Fundação Cultural Palmares em 2001, foram elementos importantes que impulsionaram o processo de regularização ocorrido em 2010 (GONZATTO, 2010).

A história da Casca é uma, entre tantas, que compõem a história da modernidade no Brasil. Ela nos mostra, entretanto, a dificuldade e os problemas do reconhecimento da identidade das populações tradicionais, as lutas pela terra e a invisibilização dessas comunidades, elementos que

caracterizam a colonialidade apesar do fim do colonialismo e sendo assim, apontam este como elemento constituinte da modernidade.

3.2. DINÂMICAS DA COMUNIDADE NA ATUALIDADE VIVENCIADAS A PARTIR DO TRABALHO EM CAMPO

A partir de contatos prévios com os moradores da Casca, o NESAN – grupo de pesquisa do qual participo, já citado anteriormente neste trabalho – identificou algumas demandas da comunidade, as quais procurou abordar e trabalhar através do projeto de extensão “Segurança Alimentar e Nutricional: consolidação do Observatório Socioambiental do Rio Grande do Sul em rede com povos indígenas e comunidades tradicionais”, o qual possuía como objetivo, dentre outros, valorizar a identidade quilombola através de ações na escola da comunidade. Também havia o intuito de fortalecê-la enquanto importante elemento de coesão social, já que esta vinha tendo seu número de alunos gradativamente diminuído devido à associação negativa que estava sendo feita entre a condição de aluno da escola com o “rótulo” de quilombola e, portanto, com menos de 20 alunos matriculados a mesma vinha sofrendo ameaças por parte da prefeitura municipal de Mostardas de que seria desativada (GUAHNÓN et al., 2014).

Deste ponto em diante, procurarei trazer ao longo da narrativa, momentos vivenciados durante este período de campo, em que uma colega do grupo de pesquisa e eu ficamos hospedadas na comunidade, na casa da senhora Flor e também situações que se colocaram no decorrer do projeto e que podem ser úteis para melhor ilustrar as dinâmicas da comunidade frente às questões que este estudo pretende abordar.

Combinamos nossa estadia na comunidade por intermédio do Sr. Roberto, atual presidente da Associação de Moradores e no dia e local combinados para nossa chegada fomos recebidas por Dona Ena, uma parente de Roberto, já que o mesmo estava trabalhando e não pôde nos receber pessoalmente. Dona Ena nos levou até o local onde iríamos ficar hospedadas pelos próximos dias, a casa de Dona Florinda - ou Flor, como é chamada pelos vizinhos –, que já colaborou com as iniciativas do grupo de pesquisa em outras

situações, inclusive hospedando outros colegas que estavam em trabalho de campo na comunidade (CASAGRANDE, 2012). Neste mesmo dia, após o almoço, saímos acompanhadas de Dona Ena a caminho de algumas das casas em que moravam alunos da Escola Quitéria a fim de dar início às entrevistas. Ela permaneceu conosco em boa parte do tempo em que estivemos realizando as entrevistas, exercendo papel de guia já que muitas das residências ficavam em locais mais afastados e nós não conhecíamos muito bem a região a ponto de poder encontrar sozinhas as casas que iríamos visitar.

Numa das primeiras noites que passamos na casa de Dona Flor, logo que chegamos da última entrevista encontramos a visita da antiga merendeira da escola. Ela estava à nossa espera para dar boas-vindas e também para nos colocar a par dos últimos acontecimentos relativos à escola.

Ela nos contou que, ao retornar de uma licença, seu cargo de merendeira na escola da Casca estava ocupado por outra funcionária e a Secretaria de Educação de Mostardas determinou que ela fosse então transferida para outra escola, numa localidade distante. Este fato a deixou muito incomodada, pois ela como quilombola acreditava que o certo era que ela estivesse trabalhando na escola da comunidade, ao invés de outra pessoa que não fosse de lá. Isso demonstra a importância que é conferida pelos membros da comunidade à coexistência e às relações locais para a valorização e manutenção de sua identidade, já que a mesma constitui o elemento que liga os sujeitos ao contexto aos quais estão inseridos, neste caso à comunidade, com a qual se identificam através de valores e significados construídos histórica e socialmente em coletividade.

Além disso, ela também nos relatou que uma das professoras da escola (que conta com um total de duas em seu quadro funcional), que é quilombola, fora afastada de seu cargo mediante algumas acusações de assédio moral vindas de pais de alunos da outra escola em que ela dava aula em Mostardas, sendo estes grandes fazendeiros da região.

A dificuldade na aceitação da escola e o reconhecimento da identidade quilombola, que caracteriza as crianças que a frequentam, como algo com

conotação negativa, nos remete aos aspectos da colonialidade do poder de Aníbal Quijano, pois ilustra a materialização do poder de um sobre o outro - ou do ocidente sobre o “resto” - através da convergência entre fatores econômicos, raciais, culturais e de gênero. Neste caso, a prefeitura demonstrar intenções de fechar a escola diz muito sobre a não aceitação da diferença no seio da modernidade. No Brasil, sobretudo depois de 1968, questões referentes à identidade e problemas em torno da diferença de raça, etnia e gênero, entre outros tipos, se tornaram assuntos políticos expressivos.

Nos dias que se seguiram, visitamos o resto das famílias para aplicar os questionários e pudemos ouvir alguns comentários em torno destes acontecimentos. Ao abordarmos as questões referentes à alimentação escolar, algumas das mães apontaram entre as alternativas possíveis para melhorar a alimentação escolar, sugestões como *“voltar a ser a antiga merendeira”* ou *“trocar a merendeira”*.

Ao ouvir isso, questionamos se a atual merendeira fazia algo de errado ou se havia algum problema em relação a ela e obtivemos respostas que indicam elementos que ultrapassam a questão da preparação dos alimentos ou da classificação da nova merendeira em boa ou ruim. As frases ditas pelas mães para explicar sua preferência pela antiga merendeira, tais como *“não é que a gente não goste dela, mas é que agora eles não têm quem cuide deles até a professora chegar”*. Ou *“ela vinha antes do horário dela pra abrir a escola e ficava cuidando deles quando desciam do ônibus até a hora da aula, mesma coisa na saída, se o ônibus atrasava ela esperava”*, apontam para uma correlação entre sua percepção da qualidade da alimentação e as perspectivas trazidas pela noção de bem viver. Ao passo que, como demonstrado em suas falas, a questão da alimentação está colocada para além do alimento ou do ato de alimentar-se em si, mas está envolvida com vários outros fatores que são caros aos seus modos de vida. Como ilustrado neste caso, a concepção das mães em relação a uma boa alimentação escolar está vinculada ao fato de as crianças estarem bem cuidadas e seguras durante todo o processo que envolve o ato de frequentar a escola.

Tendo realizado as entrevistas, demos início às atividades do projeto, que por serem realizadas na escola geraram uma certa tensão entre as professoras. Numa das visitas de planejamento das atividades em que fomos até a escola conversar com elas, estas colocaram alguns empecilhos e fizeram uma série de reclamações da professora anterior (professora quilombola que fora afastada, mencionada anteriormente). O teor das reclamações era pautado na qualidade do ensino oferecido por ela aos alunos, que segundo elas não sabiam as matérias, tinham dificuldades básicas de alfabetização primária, mesmo nas séries mais adiantadas.

Portanto, a pedido das professoras, as atividades do projeto deveriam ocorrer em turno inverso ao das aulas para não ocupar o tempo que elas tinham disponível, segundo elas, para *“tentar ensinar alguma coisa para eles antes do fim do ano”*, pois no ano seguinte os alunos da quarta série teriam que se transferir para outra escola e de acordo com as professoras *“lá não é que nem aqui”, “lá eles vão rodar”*.

Um dos propósitos do projeto em questão era resgatar os elementos culturais da comunidade e através destes buscar valorizar a identidade quilombola. Por tratar-se de um projeto no âmbito da SAN, durante todo o seu desdobramento buscamos a participação da nutricionista escolar do município. Porém não obtivemos muito sucesso, já que esta não se engajou na proposta e participou apenas de dois momentos, numa reunião entre alguns representantes do grupo com a Secretaria de Educação de Mostardas e no encontro de encerramento do projeto, que contou com a presença de representantes da comunidade, representantes da Universidade, da EMATER e da Secretaria de Educação de Mostardas.

O não-envolvimento da nutricionista retrata bem o que acontece com relação à presença do Estado na comunidade. Pois durante o período de convívio na comunidade pôde-se perceber, a partir das dificuldades relatadas, a existência de uma relação com a prefeitura marcada pela negação desta população enquanto parte importante na constituição do município. Não somente no que diz respeito à escola, mas também no acesso à saúde, ao

transporte e outras políticas públicas, caracterizando uma relação historicamente constituída de abandono.

Conforme citado anteriormente, comunidades quilombolas como a da Casca, que não respondem totalmente às normas culturais e às lógicas econômicas dominantes podem ser vistas pela modernidade como brechas descolonizadoras ou ainda, dobras no tecido social, representando espaços atrasados que dificultam o desenvolvimento (WALSH, 2009). Essa não aceitação da escola e, conseqüentemente da comunidade, pode ser vista como uma resposta de uma sociedade pertencente ao mundo ocidentalizado àquilo que é visto por este como um foco de resistência à suas práticas.

Ações como esta são vistas como tentativas de enfraquecer não só a escola, mas de desagregar a comunidade em torno de suas lutas, desvalorizando a identidade que fora e é construída cotidianamente em torno de tantas disputas e possui grande importância para as vidas das pessoas. Sendo esta identidade constituída, entre outros elementos, da relação de parentesco e pertencimento a um grupo, que por sua vez se relaciona com seu território e com a sociedade a partir dos traços socioculturais forjados ao longo de toda uma situação histórica vivida por eles e seus ancestrais.

Aqui podemos ver como um dos elementos do bem viver, a liberdade ou autonomia, encontra barreiras para se realizar por completo. Sabe-se que a autonomia e a liberdade estão muito ligadas à propriedade da terra e que a sua titulação deveria trazer essa garantia e segurança, assim como o reconhecimento enquanto quilombo por parte do Estado. Porém, o que se observa neste contexto é que a presença constante de conflitos em torno do reconhecimento dessa identidade interfere na realização coletiva da autonomia e, apesar de comunidades como a da Casca possuírem seus conhecimentos tradicionais e suas próprias cosmovisões, algumas de suas necessidades não se desvinculam completamente do Estado (por exemplo, determinados procedimentos médicos, tais como cirurgias), portanto se faz necessário que esse reconhecimento e essas garantias saiam do plano apenas discursivo.

No decorrer do projeto, houve seis encontros com atividades programadas para os alunos, dos quais pude estar presente em dois. Num deles, o objetivo era realizar uma oficina culinária direcionada para crianças, através do preparo de lanches produzidos a partir de alimentos típicos da região. Um dos ingredientes necessários era a couve e entre as atividades planejadas estava prevista uma coleta das folhas deste vegetal – a ser realizada pelas crianças – na horta de Dona Ilza, uma das moradoras mais antigas da comunidade, cuja propriedade fica próxima à escola.

Chegando lá, Dona Ilza nos recebeu com jabuticabas frescas e as crianças foram logo comendo com a maior familiaridade, diferente de mim que nunca tinha visto uma jabuticaba ao vivo. Após a recepção, nos dirigimos até a horta para dar início à coleta das folhas de couve, precedidos por uma fala marcante de Dona Ilza direcionada às crianças, a respeito dos cuidados com a terra e o meio ambiente que devem ser levados em conta no cultivo das hortas:

Vocês têm que falar pros pais de vocês que não se pode colocar veneno nas plantas, porque esse veneno não faz mal só pra gente quando come a verdura, mas faz mal pra tudo. O veneno vai pra terra, e contamina a água e aí se espalha por tudo, contamina as outras plantas, os animais, e aí não tem mais quem tire da terra essa praga (MACHADO,2014).

Através do conteúdo do discurso de Dona Ilza, podemos estabelecer uma relação entre aspectos caros ao modo de vida da comunidade e elementos fundamentais do bem viver, inclusive diferenciando este de outras teorias do bem estar e da noção de desenvolvimento, ao fazer uma ruptura com o enfoque mais individualista para partir de um pressuposto baseado no coletivo através da ideia de coexistência. Para além do discurso político contido no texto da constituição equatoriana, o conceito de bem viver trazido pelo mesmo como “coexistência cidadã em harmonia com a natureza e a diversidade” pode ser visto como uma das características que organizam a vida na comunidade, a exemplo da fala trazida anteriormente, que denota essa preocupação com o coletivo, categoria que não engloba apenas as pessoas, mas também a terra, a água, as plantas e os animais.

Denota também uma perspectiva sobre cuidado. Conforme já mencionado no parágrafo acima, um cuidado num âmbito mais amplo, que

engloba diferentes elementos. Essa preocupação e as atitudes que decorrem dela demonstram a busca pela qualidade de vida, por querer viver bem e, portanto, viver bem (inclui-se aí a alimentação) está novamente dialogando com várias categorias, não podendo ser definido tão facilmente através do olhar ocidental moderno.

3.3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS CUJOS FILHOS FREQUENTAM A ESCOLA QUITÉRIA PEREIRA DO NASCIMENTO

Dentre todas as informações obtidas por meio das entrevistas, foram levados em conta na realização desta análise os dados referentes à segurança alimentar e à composição dos grupos familiares, provenientes do questionário que fora aplicado na comunidade, junto às famílias dos estudantes da Escola e também os dados provenientes da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Lembrando que dentre as onze famílias listadas por um levantamento feito inicialmente junto às professoras da escola, apenas dez foram entrevistadas já que uma não foi localizada em seu domicílio nos dias em que os questionários foram aplicados e nestas famílias estão incluídos 16 dos 17 alunos que frequentavam a escola Quitéria Pereira do Nascimento no período da pesquisa.

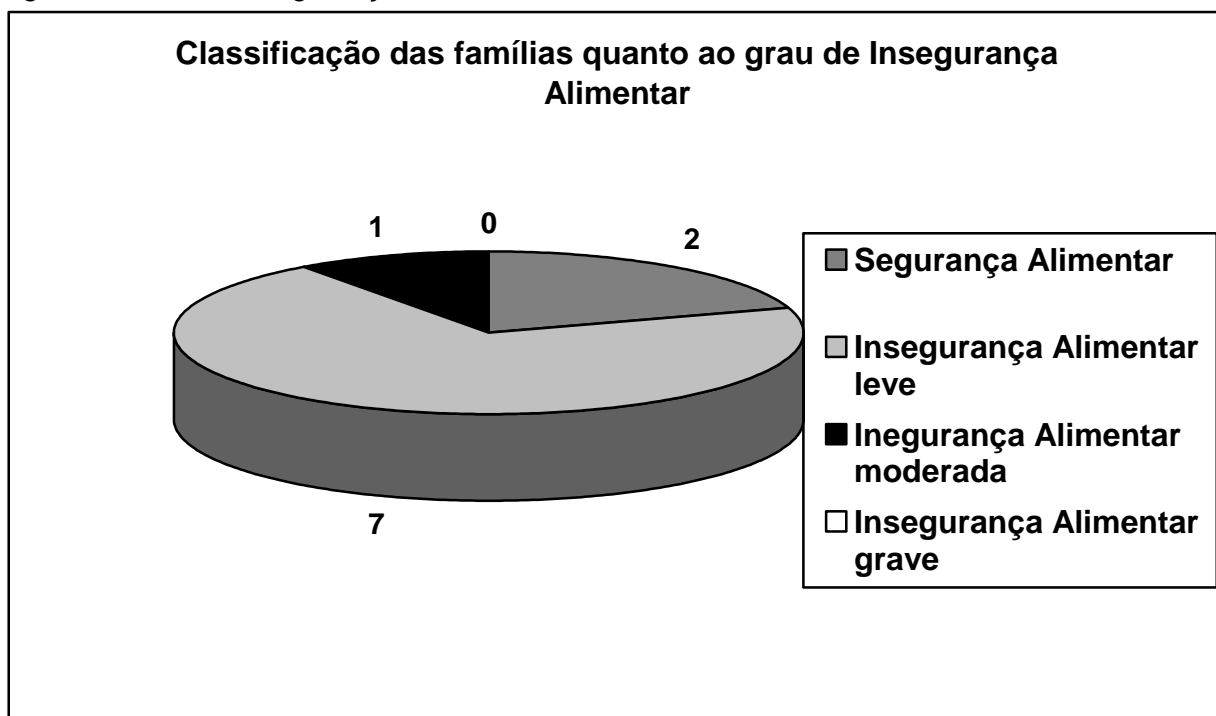
3.3.1. Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional

O desenvolvimento da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) consiste em uma adaptação feita a partir de um estudo multicêntrico por um grupo de pesquisadores brasileiros no ano de 2003 a uma escala de medida direta de segurança e insegurança alimentar desenvolvida nos Estados Unidos da América no início dos anos 90 e que é utilizada para conhecer a prevalência de insegurança alimentar em âmbitos locais e nacionais (VIANNA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

De acordo com a metodologia de avaliação da EBIA, quando o entrevistado responde negativamente a todas as questões da escala, a família é classificada em situação de segurança alimentar. Respondendo positivamente a até 5 questões, a família é classificada em situação de insegurança alimentar leve, o que representa restrição na qualidade dos

alimentos consumidos. De 6 a 10 respostas positivas, insegurança alimentar moderada, representando restrição na quantidade de alimentos e de 11 a 15 respostas positivas, insegurança alimentar grave, que representa um estado no qual a família convive com a situação real de fome, na qual os adultos e/ou as crianças residentes nesses domicílios deixam de realizar refeições ou mesmo ficam até um dia inteiro sem comida. Sendo assim, obteve-se o resultado apresentado na Figura 3, abaixo:

Figura 3: Grau de Insegurança Alimentar das famílias entrevistadas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme apresentado na figura, dentre o universo pesquisado, vinte por cento das famílias se encontram em situação de segurança alimentar, enquanto setenta por cento delas foram diagnosticadas em situação de insegurança alimentar leve e dez por cento foram classificadas em situação de insegurança alimentar moderada.

Respondendo positivamente a onze ou mais questões, seria configurado um quadro de insegurança alimentar grave, o que não ocorreu, já que nenhuma família respondeu positivamente para mais de sete perguntas.

Em termos gerais, o diagnóstico encontrado através do método da EBIA indicou a prevalência de uma condição de insegurança alimentar leve na comunidade (o que não representa restrições na quantidade de alimentos disponíveis, mas sim na qualidade da alimentação), com 70% das famílias compondo esse resultado. Somando-se aos outros 10% que ficaram classificados no grau de insegurança moderada, em que a quantidade de alimentos disponíveis também passa a ficar comprometida, o índice geral total de insegurança alimentar na comunidade ficaria em 80%, de acordo com o instrumento.

O resultado obtido através da escala foi bastante surpreendente, pois contraria a impressão que se tinha até então em relação à segurança alimentar na localidade. Importante mencionar que tal impressão se construiu ao longo do período da pesquisa através dos relatos dos entrevistados e demais participantes do projeto, bem como das vivências e experiências em campo na comunidade, nas quais não apenas se abordou a temática da alimentação como também foi possível conhecer as propriedades, as hortas e criações e até mesmo a realização de refeições na comunidade, durante o período de hospedagem e em outros momentos.

3.3.2. As falas das famílias quanto à sua segurança alimentar

De acordo com os depoimentos das famílias e as vivências em campo, poderia se relacionar o diagnóstico obtido com a escala – que aponta para uma restrição na qualidade dos alimentos – com a variedade de hortaliças, verduras e frutas que são inseridas diariamente na alimentação das famílias. Já que foi relatado por alguns entrevistados que esta seria uma das dificuldades encontradas para se manter uma alimentação tida pelos padrões médicos e nutricionais como equilibrada, através de falas como *“a gente sabe que tem que comer verdura, mas não consegue fazer todo dia”* ou *“dizem que o certo é comer vários tipos de saladas, mas nem sempre dá pra comprar”*.

Neste ponto reside uma contradição interessante entre os discursos. Por vezes os entrevistados identificaram como algo negativo a dificuldade em introduzir uma maior variedade de frutas e verduras no cardápio da família

devido a problemas no acesso aos mesmos. Porém, em resposta ao questionário semiestruturado na seção sobre segurança alimentar, a maioria das famílias (70%) considerou a alimentação na comunidade como sendo de boa qualidade, especialmente quando em relação à alimentação das crianças, esse índice sobe para 80%. O que também contraria o diagnóstico revelado pela EBIA.

A pergunta que foi feita no roteiro era a seguinte: Você acha que tem uma alimentação equilibrada, com elementos que você e sua família necessitam para estarem bem nutridos e saudáveis?

Trata-se de um questionamento mais aberto e de caráter subjetivo, já que não especifica quais elementos seriam esses, permitindo ao entrevistado atribuir seus próprios valores e categorias aos conceitos de boa alimentação, nutrição e saúde, diferente da metodologia da EBIA que ilustra situações bem pontuais e só permite duas respostas, sim ou não.

Isso também nos permite pensar a categoria autonomia, já que é possível perceber que existe o reconhecimento por parte dos entrevistados dos elementos tidos como ideais - a partir do ponto de vista científico - para se alcançar uma alimentação de qualidade, assim como a percepção de que talvez não estejam adequados a este padrão, devido à ausência de alguns destes elementos em seu cotidiano. No entanto eles percebem seus hábitos alimentares e a qualidade da alimentação de uma forma positiva quando vista a partir de seus próprios valores e percepções. Sendo assim, se abre um ponto importante para o debate, que diz respeito às escolhas individuais e à cultura alimentar em contraposição às definições científicas de o que seria uma alimentação “correta”.

Afinal, todas essas recomendações que foram desenvolvidas em torno do consumo alimentar e que foram citadas acima, como comer muitas frutas e verduras - ou como em outros momentos da pesquisa em campo em que foi possível ouvir “*não comemos mais fritura porque sabemos que isso faz mal*”, ou “*aqui em casa já estamos diminuindo o açúcar*” – são embasadas no conhecimento científico, que integra o contexto da modernidade ocidentalizada

e nem sempre esse conhecimento se encaixa nas realidades de todos os povos ou comunidades, levando-se em conta todas as particularidades históricas e de sua identidade sociocultural.

3.3.3. Percepções acerca da alimentação na comunidade

Em diálogo com a proposta inicial deste trabalho, que tinha como uma de suas finalidades realizar uma aproximação entre as áreas das Ciências Sociais e da Nutrição, considero importante abordar algumas questões relativas à produção de alimentos na comunidade e seus hábitos alimentares.

Analisando os dados obtidos através das entrevistas, foi constatado que todas as famílias que responderam ao questionário possuíam algum tipo de plantio em suas propriedades, sendo predominantes os cultivos de batata doce (70%) e de aipim (40%).

Quanto à criação de animais nas propriedades, setenta por cento das famílias declararam possuir criação de galinhas, seguida pela criação de gado (50%) e de patos (40%). Apenas uma das famílias (10%) declarou não possuir nenhum tipo de criação animal.

A coleta de frutas e ervas para chá é uma prática comum entre a comunidade, sendo realizada por oito das dez famílias entrevistadas. Sete famílias (70%) declararam possuir o hábito de coletar ervas, enquanto entres as frutas, três (30%) relataram coletar limão e duas (20%) afirmaram realizar a coleta de outras frutas, tais como bergamota, goiaba e laranja.

Após as vivências junto aos moradores no período do projeto, foi possível observar seus hábitos alimentares e também participar de diferentes momentos que incluíam o preparo e consumo de refeições na comunidade e que serviram para enriquecer qualitativamente os dados obtidos com as entrevistas e o diagnóstico da EBIA.

Durante os dias em que realizamos as entrevistas na comunidade, fizemos todas as refeições principais na casa onde estávamos hospedadas e muitas das demais refeições (tais como lanche e café da tarde) nas casas que visitamos para aplicar os questionários. As refeições principais eram fartas e

continham todos os grupos de macronutrientes, sempre acompanhadas de alguma salada, água ou suco. Nas demais refeições, observa-se forte presença de alimentos do grupo dos carboidratos, tais como pães, biscoitos e bolos. O chimarrão esteve presente em quase todas as casas que visitamos e na casa de Dona Flor era presença confirmada desde o amanhecer até a noite, sendo consumido após a janta.

A merenda escolar surge como um aporte complementar à alimentação, já que muitas vezes são oferecidas frutas como lanche para as crianças. Entretanto, não foram encontrados alimentos associados à agrobiodiversidade quilombola como a batata-abóbora, feijão sopinha e milho branco, tanto nos espaços escolares quanto nas hortas, roças e quintais.

Observou-se que na alimentação realizada em casa as frutas não são tão consumidas, porém os dados relativos à coleta de frutas e as observações de campo levam a pensar que o baixo consumo das mesmas esteja mais relacionado aos hábitos alimentares das famílias e das crianças do que à falta de acesso, na maioria dos casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria necessária a realização de um estudo mais aprofundado e cujo roteiro de campo fosse mais direcionado a estes questionamentos para poder determinar todos os aspectos do bem viver que podem estar orientando ou se relacionando com a noção de SAN entre a comunidade da Casca. Porém, com os dados disponíveis foi possível estabelecer correlações importantes em alguns pontos, unindo as duas perspectivas, tais como a ideia de autonomia, a coexistência, a importância da identidade e da vida em família/comunidade, assim como a percepção de qualidade da alimentação atrelada à qualidade de vida. O que nos leva a pensar que, assim como a noção de bem viver, a ideia de SAN é construída por eles a partir de valores e filosofias de vida alternativos à lógica moderna predominante, já que a própria constituição histórica, social e cultural da comunidade tem essa característica, conforme ilustrado pelos dados de campo em diálogo com a teoria proposta.

A presença do mecanismo de definição e classificação do “Outro” pode ser observada inclusive no campo das políticas públicas e programas governamentais. Se pensarmos através da noção de minoria que se atribui a estas comunidades, no sentido de que estas não estariam completamente inseridas na modernidade e, portanto, ao não seguirem o padrão de desenvolvimento comum, algo lhes faltaria, lhes diferenciando, assim, do Ocidente desenvolvido. Logo, há um esforço em se implementar ações e programas que retirem essas comunidades da suposta condição de atraso em que vivem. Como dito antes, é dever do Estado promover condições básicas de saúde, saneamento, educação, entre outros direitos a toda população, independentes de qual seja a comunidade, porém o que parece ocorrer é uma homogeneização das políticas em geral, baseadas por sua vez em estudos e laudos feitos a partir de uma ciência generalista e que, portanto, não leva em conta as peculiaridades históricas e socioculturais das comunidades.

Noutros casos, como se observa na Casca, o fato de a prefeitura usar de subterfúgios para pressionar o fechamento da escola e o acesso à saúde e a outros direitos básicos serem muito precários, demonstra de um outro ângulo a

presença de traços remanescentes do colonialismo, ao se deixar o “Outro” - ou ainda a “brecha” – de lado, fazendo com que aos poucos ele vá sendo silenciado e ficando invisível, deixando de ser um incômodo. Sendo assim, pode-se observar que tanto a intervenção, quanto a omissão do Estado carregam resquícios colonizantes em suas essências, apontando para a complexidade dessa relação.

Partindo das informações obtidas até agora e apresentadas neste trabalho, um ponto importante que surge para o debate é o de se pensar, através da crítica epistemológica do pós-colonialismo, a construção do conceito de SAN. Afinal, desde sua definição conceitual até os instrumentos utilizados para mensuração da mesma, são oriundos de um tipo específico de saber acadêmico e institucional, porém o que vimos com este estudo foi que, mesmo num país ocidental e dito moderno como o Brasil, existem comunidades que não operam estritamente sob os valores modernos, pautados pelo individualismo e a lógica de mercado, e sendo assim, será que utilizar apenas estes conceitos e instrumentos ainda faz total sentido nestes contextos? Ou quais seriam os métodos mais apropriados nestes casos e como aplica-os?

A partir deste estudo, é possível questionar a aplicação de métodos como a EBIA para mensurar SAN em comunidades tradicionais. Pois, tendo em vista que a noção de SAN apresentada pelos entrevistados e colaboradores está relacionada à ideia de bem viver e, sendo assim, abriga outras visões de mundo, modos de vida, filosofias e cosmologias de um povo, sua análise engloba um espectro mais amplo de categorias, passando a abranger aspectos que vão além da alimentação, como foi dito antes, elementos relativos à terra, à vida coletiva e em família.

Contudo, o empenho do Estado no combate à fome e na promoção de bons hábitos alimentares deve se estender a todas as populações e para tanto, é necessário se conhecer as diferentes realidades existentes. Sabe-se que métodos como a EBIA são ferramentas frequentemente utilizadas para auxiliar nos diagnósticos na formulação de políticas públicas, porém, como observado aqui, se a própria conceptualização institucional de SAN não se aplica às populações tradicionais da mesma forma que se aplicaria a outros grupos, os

métodos de mensuração da mesma para estas populações deveriam ser repensados. Pois, conforme observamos neste trabalho ao confrontar o diagnóstico da escala com a percepção dos entrevistados e colaboradores ao longo das vivências em campo, houve divergências nos dados. O diagnóstico resultante da escala não representou a perspectiva de SAN da comunidade, o que já é por si só um sinal de que o método não está dialogando plenamente com a realidade.

O estudo também demonstrou a importância da utilização de métodos qualitativos em conjunto com a aplicação da ferramenta. Tendo em vista que, se nesse caso, somente fosse considerado o resultado obtido pela escala, além do diagnóstico equivocado também ocorreria uma estigmatização desta comunidade, que passaria a ser rotulada como uma comunidade em situação de insegurança alimentar, atribuindo-se um aspecto negativo à sua identidade que já luta para se manter.

Ao final deste estudo, o que me pareceu é que, ao definirmos SAN e então identificarmos as pessoas/comunidades quanto à suas condições de segurança ou insegurança alimentar, estamos de certa forma reproduzindo o discurso ocidental de desenvolvimento (através de um “respaldo científico”, que também não deixa de ser ocidentalizado) para definir e classificar o “Outro”.

Daí surge outro ponto interessante ao debate e que ficará como questionamento para trabalhos futuros: conceituar e medir SAN é uma tarefa que só pode ser realizada verticalmente através da ciência ou as visões e cosmologias dos sujeitos também têm validade e podem deixar de ser apenas representativas e passar a ser encaradas como conhecimento?

Pensando em ações de SAN na comunidade que fossem social e culturalmente sustentáveis, foi visualizada e discutida a possibilidade de se incluir os alimentos típicos da Casca - assim como outros provenientes da produção local - na merenda escolar, como forma de valorizar a identidade quilombola através das práticas alimentares, principalmente entre as crianças. Porém chegou-se à conclusão de que seria necessária a realização de um trabalho mais específico nesse sentido, já que as políticas de alimentação

escolar colocam alguns entraves burocráticos para a compra da merenda escolar e, portanto, torna-se necessário que haja interesse dos membros da comunidade em se adequar à esta burocracia para que se siga com este objetivo.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Luiz Antônio dos; BURLANDY, Luciene. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8123201000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 fev. 2015.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11, p. 89-117, Brasília, 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 07 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm > Acesso em: 07 fev. 2015.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A trajetória da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidade e consolidação. Texto para discussão. Brasília, DF: IPEA; 2014.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, junho de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Fev. 2015.

CASAGRANDE, Alana. Dinâmicas ambientais e produção do conhecimento intergeracional nas comunidades da Lagoa do Bacupari e de remanescentes

de quilombo da Casca no litoral do Rio Grande do Sul. *Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural*. UFRGS, 2012.

CONTI, Francesco. Segurança Alimentar: Direito de Todos. *Revista Eletrônica de Direitos Humanos*. Publicação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, setembro de 2009. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_358.pdf> Acesso em: 18 fev. 2015.

COSTA, Carolina et al. Territorialidade e segurança alimentar e nutricional entre Mbyá Guarani da Terra Indígena Cantagalo. *Trabalho apresentado no X Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia*, Montes Claros, MG, novembro, 2014a.

_____. Ações afirmativas junto as comunidades de pescadores artesanais da bacia hidrográfica do Rio Tramandaí. *Trabalho apresentado no X Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia*, Montes Claros, MG, novembro, 2014b.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: A contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, nº60, fevereiro de 2006.

DEL RÉ, Mégui. Comunidades remanescentes de quilombos, bem viver e a política de desenvolvimento territorial rural na zona sul do rio grande do sul. *Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2014.

FAVARO, Thatiana et al. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 785-793. Abril, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Jun. 2015.

GONZATTO, Marcelo. No Dia da Consciência Negra, descendentes de quilombolas recebem título de propriedade. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 20 nov. 2010. Disponível em: < <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2010/11/no-dia-da-consciencia-negra-descendentes-de-quilombolas-recebem-titulo-de-propriedade-3115880.html> > Acesso em: 29 mai. 2015.

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. "Manifiesto inaugural". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (orgs). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa. 1998. Disponível em: < <http://people.duke.edu/~wmignolo/InteractiveCV/Publications/Teoriassindisciplina.pdf> > Acesso em: 05 mai. 2015.

GUAHNÓN, Marina et al. Hábitos alimentares e produção de alimentos na comunidade da Casca, Rio Grande do Sul: valorização da identidade quilombola na perspectiva da Segurança Alimentar. *Trabalho apresentado no X Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia*, Montes Claros, MG, novembro, 2014.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2004/2009 – Segurança Alimentar. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf > Acesso em: 18 fev. 2015.

KEPPLE, A.; SEGALL-CORRÊA, A. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2011; 16(1)

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999. p.112.

LEITE, Ilka B. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 45-69.

MACHADO, Ilza M. *Depoimento cedido durante a pesquisa*. Mostardas, 2014.

MIGNOLO, Walter D. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. *Tabula Rasa*, nº8, p. 243 – 282, Bogotá, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa de Extensão Universitária MEC/SESu. Edital Proext 2014-09. Disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/edital_blank.php?id=648 > Acesso em: 23 jun. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Relatório técnico de pesquisa*. COELHO-DE-SOUZA, Gabriela et al. Programa de extensão universitária MEC/SESu Edital Proext 2014-09. Porto Alegre, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Rio Grande do Sul adere ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição. Publicado por Portal Brasil em 21 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/07/rio-grande-do-sul-adere-ao-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricao>> Acesso em: 05 fev. 2015.

MORESI, Eduardo (Org.). *Metodologia da Pesquisa*. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.914, de 20 de maio de 2003. Cria o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul - CONSEA/RS - e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/sisan/exemplos-de-implantacao-regional-do-sisan-1/arquivos/rs/lei-que-cria-o-consea.rs.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 12.861, de 18 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul - SISANS-RS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/sisan/exemplos-de-implantacao-regional-do-sisan-1/arquivos/rs/lei-que-cria-o-sisans.rs.pdf> > Acesso em: 18 fev. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, 20 de março de 2011. Disponível em: <http://www.stds.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=47> Acesso em: 05 fev. 2015.

SANTILLI, J. A biodiversidade e as comunidades tradicionais. 2011. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2011/12/JulianaS.3.pdf>> Acesso em: 07 Fev. 2015.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p.1-15, jul. 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>.

SEGATO, R. Que cada pueblo teja los hilos de su historia: El argumento del Pluralismo Jurídico en diálogo didáctico con legisladores. In: CHENAUT, Victoria; GÓMEZ, Magdalena; ORTIZ, Héctor; SIERRA, María. (Org.). *Justicia y diversidad en América Latina. Pueblos indígenas ante la globalización*. Mexico, DF: CIESAS, 2011.

SIQUEIRA, A. O Rio Grande do Sul entre toneladas, hectares e trabalhadores: Desafios para a análise do estado de Segurança Alimentar e Nutricional sob a ótica da produção de alimentos. *Trabalho de conclusão de curso de graduação em Nutrição*. UFRGS, 2014.

VALENTE, F. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez; 2002. p. 40-68.

VIANNA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, n. 21(Suplemento), p. 111s-122s, julho/agosto de 2008.

WALSH, C. Development as Buen Vivir: Institutional arrangements and (de)colonial entanglements. *Development* 53, n. 1, 2010.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, Dec. 2008.